

A formação de professores em EAD e a internacionalização da educação superior

The training of teachers in distance education and internationalization of higher education

Alessandra de Paula

Doutoranda em Engenharia da Produção (UFSC), mestre em Engenharia da Produção e Sistemas pela PUC-PR(2009), Especialista em Planejamento e Gerenciamento Estratégico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005), Coordenadora do Centro Universitário UNINTER no CST Gestão da Produção Industrial e CST Logística em EaD. alessandra.p@uninter.br

Alvaro Guillermo Rojas Lezana

Graduação em Engenharia Civil Química - Universidade Católica de Valparaiso Chile (1979), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1982) e doutorado em Engenharia Industrial - Universidade Politécnica de Madrid (1995). Atualmente é professor Associado 3 da Universidade Federal de Santa Catarina. lezana@deps.ufsc.br

Ivonete Ferreira Haiduke

Graduada em Pedagogia UNIPOSITIVO, Mestrado em Educação PUCPR, Especialista em Educação Especial e Educação Infantil e Séries Iniciais. Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Faculdade FACEL, ivonetehaiduke@terra.com.br

Robson Seleme

Graduado em Engenharia Civil - Universidade de Mogi das Cruzes, mestrado e doutorado Engenharia de Produção. Professor adjunto – UFPR. robsonseleme@ufpr.br

Resumo

O texto aborda a questão da formação dos professores no contexto das políticas de internacionalização da educação superior, fato para o qual contribuíram, de maneira sistemática e significativa, os avanços tecnológicos, marca fundamental do século XXI, com a eliminação de fronteiras físicas entre os países. A expansão da EAD está diretamente articulada aos processos econômicos, dentro da OMC, o que faz com que a educação a distância seja considerada como um bem passível de comercialização. As características da oferta desse serviço – flexibilidade de horários, investimento mensal atrativo, uso de tecnologias, fazem com que a demanda seja crescente, principalmente no que se refere à formação de professores. Percebe-se, então, a necessidade de discutir a EAD no Brasil, principalmente no âmbito das novas relações que se delineiam nesse processo e dos atores que emergem nessas relações – a figura do aluno-cliente, um novo papel que precisa ser melhor definido nesse contexto, para que a educação em EAD não seja vista apenas como um bem de consumo, mas como ferramenta que possibilita o acesso ao conhecimento de qualidade para uma formação profissional adequada às necessidades de um país em processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Formação de professores. Políticas de internacionalização da educação superior. Educação superior a distância.

Abstract

This paper addresses the issue of teacher training in the context of the policies of internationalization of higher education, fact to which contributed systematically and significantly, technological advances, fundamental characteristic of the twenty-first century, with the elimination of physical barriers between countries. The expansion of distance education is directly hinged to economic processes, within the WTO - World Trade Organization, what makes distance education is regarded as a well capable of marketing. The characteristics of the provision of that service - flexible schedules , attractive monthly investment , use of technology, make the demand is growing , particularly with regard to teacher training. Then one realizes it needs to discuss distance education in Brazil , especially in the context of new relationships that form this process and actors that emerge in these relations - the figure of the student client , a new role that needs to be better defined in that context, that distance education is not seen only as a commodity but as a tool that provides access to high-quality information for appropriate training needs of a country 's development process.

Keywords: Teacher education. Policies for internationalization of higher education. Distance higher education.

Introdução

A formação dos professores, na atualidade, não pode mais ser analisada de maneira limitada, uma vez que o avanço das tecnologias possibilitou a criação de novas formas e novos espaços de aprendizagem.

A partir dessa constatação observa-se que a dinâmica do processo de formação de professores, em nível superior, vive um novo processo, um processo diferenciado se comparado aos processos vistos até pouco tempo.

Essa nova configuração da oferta de cursos em nível superior está articulada à oferta dos cursos em EAD, que têm proliferado no espaço nacional, uma vez que oferecem vantagens diferenciadas em relação aos cursos presenciais que, por suas próprias características e legislação que os regulamenta, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, precisam comprovar a existência de 200 dias letivos e uma carga horária mínima anual, para que sejam validados pelo MEC.

Já os cursos ofertados em EAD, embora também estejam sujeitos à Lei 9394/96, também contam com uma legislação regulamentadora específica, mas oferecem, por suas próprias características, maior flexibilidade quanto à frequência às salas de aula, assim como para os horários individuais de estudo – o aluno faz o seu ritmo.

No entanto, a discussão também deve ter como foco as questões e os interesses políticos e econômicos, uma vez que há aspectos de caráter social, cultural e de oferta de bens e serviços a serem considerados.

A educação já é considerada como um serviço, de acordo com o Acordo Geral de Comércio e Serviços, desde 1994, que reconhece o direito dos Membros a regulamentar o fornecimento de serviços com o fim de alcançar os objetivos de sua política nacional.

Esse Acordo estabelece um marco de normas que visam assegurar que os regulamentos de serviços sejam administrados de maneira razoável, objetiva e imparcial pelos países que o ratificaram, para que não se constituam obstáculos desnecessários ao comércio nesses países.

Nesse contexto, em termos econômicos, os serviços são considerados produtos intangíveis, que geralmente se consomem ao mesmo tempo em que se produzem, por exemplo, os serviços que presta um educador. Por outro lado, o Banco Mundial traz,

como orientação, a necessidade de diversificação do financiamento para que as instituições públicas educacionais continuem cumprindo seu papel e sua função, e admite a inserção da educação a distância no contexto educacional, como uma forma mais econômica e eficiente no que se refere à formação de professores, tanto a inicial como a continuada.

Dessa forma, pretende-se apontar a EaD como ferramenta que possibilita o acesso ao conhecimento de qualidade para uma formação profissional adequada às necessidades de um país em processo de desenvolvimento, educação essa que é vulnerável, passível de mercantilização, mas que apresenta muitos aspectos relevantes, tais como a questão da democratização do acesso ao conhecimento e à formação profissional ou continuada, em nível superior, com a contribuição das novas tecnologias tanto no período de estudo quanto do exercício profissional futuro.

A formação dos professores no contexto das políticas de internacionalização da educação superior

As políticas de Educação Superior têm sido foco de discussões e propostas de organismos multilaterais e de fomento, o que influencia as políticas educacionais.

Paralelamente, observa-se que a busca por formação profissional em cursos de nível superior tem crescido significativamente nos últimos anos. Assim, de 1997 até 1998, observa-se um crescimento de 9%, o que equivale ao índice atingido pelo sistema educacional brasileiro na década de 1980. (Brasil, 2001, p. 61). De 1991 a 2002, houve um crescimento de mais de 200% na oferta de vagas pelas universidades, conforme dados obtidos junto ao INEP (Brasil, 2004), o que elevou a oferta de vagas em ensino superior no Brasil de 517 mil para 1,6 milhão.

No entanto, os dados do INEP, ao mesmo tempo que apontam para o aumento de vagas no ensino superior, também demonstram a existência de desigualdades na distribuição dessas vagas, com maior concentração em centros mais populosos, o que faz com que o percentual da população brasileira, na faixa etária de 18 a 24 anos, com acesso ao ensino superior no país seja de 12%, uma das mais baixas da América Latina.

Dessa forma, pensar a EaD como uma política pública de incentivo à formação inicial e continuada de professores, no Brasil, não implica apenas tentar suprir a ausência de espaços físicos, bibliotecas, laboratórios, professores (também necessários em EaD), mas buscar um ensino de qualidade entendido como direito público de todos os cidadãos.

Além disso, observa-se, em função dos avanços tecnológicos, uma eliminação progressiva das fronteiras entre a educação presencial e a educação a distância. Sabe-se que a educação a distância está presente no Plano Nacional da Educação – PNE, que a apresenta como modalidade educativa que possibilita a ampliação de atendimento a diferentes públicos tanto nos cursos presenciais, regulares como nos cursos de educação continuada.

A Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, regulamenta esse aspecto quando aponta, inclusive, a possibilidade de oferta de 20% da carga horária dos cursos presenciais de maneira semipresencial ou a distância.

Assim, pensa-se que não está muito distante o tempo em que não haverá diferença entre as modalidades presencial e a distância na oferta de cursos de qualquer tipo, seja de formação inicial, continuada, extensão ou formação em serviço. A maior procura por cursos de graduação a distância concentra-se, de acordo com a Revista Ensino Superior, publicação eletrônica da UNICAMP, em

Pedagogia, Administração, Serviço Social, Letras e Ciências Contábeis. Em 2003, havia apenas 50 mil estudantes matriculados nessa modalidade, número que subiu para 370 mil em 2007 e para 930 mil em 2010. Já nos cursos presenciais, o País contava com 3,9 milhões de alunos em 2003, passando para 4,9 milhões em 2007 e 5,3 milhões em 2010. A diferença nos perfis dos estudantes também chama a atenção: enquanto nos cursos presenciais os alunos com renda familiar de até três salários mínimos representam 26% do total, nos cursos a distância esse percentual sobe para 43%. Além disso, a idade média dos estudantes da modalidade presencial é de 26 anos, enquanto os de EAD têm em média 34 anos.(GORGULHO, 2012).

O aumento da procura pelos cursos de graduação a distância pode estar ligado à obrigatoriedade de formação em nível superior para os professores, conforme a LDB n.º 9394/96, uma vez que grande parte dos alunos matriculados em cursos de EaD faz cursos

de licenciatura. Além disso, a flexibilidade de horários permite que se conciliem outras atividades com os estudos, o que torna os cursos a distância mais atrativos.

A internacionalização da educação superior vem acontecendo a partir da existência de políticas voltadas para a maior democratização do ensino nas universidades e para o acesso à educação, uma vez que aumentam as “exigências de um mercado que demanda por profissionais multifuncionais, polivalentes, inovadores e ambiciosos de uma formação continuada” (BLIKSTEIN E ZUFFO, 2006, p. 31). Na mesma vertente, encontra-se Peters, que concorda com essa afirmação e acrescenta que há necessidade de uma maior flexibilização do ensino superior, o qual deveria se adaptar às necessidades imperativas do contexto atual, uma vez que

o foco está em que as universidades têm que adaptar os seu ensino aos novos requisitos da vida em uma sociedade do conhecimento pós-industrial, pós-moderna. Essa nova forma de atuação pede formas de ensinar que sejam altamente flexíveis (...). A educação superior deve se tornar mais flexível se as universidades quiserem sobreviver.(PETERS, 2004, p. 237).

Aparecem, nesse contexto, as relações transnacionais como forma de cooperação para a construção do conhecimento no ensino superior e, aí, observa-se a necessidade de se destacar que o conhecimento contemporâneo apresenta um caráter internacional, uma vez que “os estados têm fronteiras, o conhecimento, horizontes” (CHAUI, 2008, p. 14).

A transnacionalização do conhecimento dá origem à interligação de redes que passam a usar o ciberespaço de maneira intensiva e ostensiva, o que contribui para a existência de um mundo cada vez mais globalizado e, por consequência, apresenta maiores desafios à educação superior.

Esses desafios apontam para a necessidade que a EaD (re) descubra e aposte em novas metodologias e estratégias de ensino, o que lhe é facilitado pela adoção das do uso de novas tecnologias. Assim, o ensino a distância se apresenta como uma alternativa viável, para que a universidade possa dar conta de todas as exigências que lhe são postas pela formação de docentes no contexto do mundo da pós-modernidade (SILVA, 2006, p. 57), o que é corroborado por Santos (1997, p. 212), quando o mesmo aponta que

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e igualdade, os limites da congruência entre os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis: como compatibilizar a democratização do acesso com os critérios de seleção interna? Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma “sociedade de classes” aos ideais de democracia e igualdade? (SANTOS, 1997, p. 212)

A resposta a esses questionamentos é dada pela incorporação das novas tecnologias à EAD, o que fez com que essa modalidade se tornasse mais complexa, por um lado, devido à própria complexidade da tecnologia digital de flexibilização nas relações de espaço e de tempo e, por outro lado, possibilitou e aproximou virtualmente as pessoas entre si e com as informações e o conhecimento. Além disso, a utilização de diferentes mecanismos, como os de busca e de seleção de informações contribuíram para a existência efetiva de uma mediação pedagógica, além de permitirem a articulação dos conhecimentos adquiridos e para novas formas de representação e de produção do conhecimento, conforme Almeida (2009, p. 106).

No Brasil, medidas são tomadas para ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, políticas públicas são criadas para que a capacidade de oferta se volte ao interesse de democratização do mesmo. Nesse sentido, enfatizam-se as políticas de estímulo ao oferecimento dos cursos superiores e iniciativas como o Programa Universidade para todos (Prouni), ou o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), bem como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) aparecem como reflexos da ação política pelo aumento de oferta de ensino superior.

A EaD, por sua vez, vai se consolidando como política pública à medida que seu oferecimento e regulação vão se institucionalizando, como atestam a criação de uma secretaria de Educação a Distância (SEED) vinculada ao MEC em 1996 e a criação da UAB, em 2005. Confirma-se a tese de que a educação a distância está no contexto das políticas públicas para a oferta de educação superior com forte característica transnacional, que “cruza fronteiras e pode ser ajustado pelas telecomunicações e pelo transporte” (GRISI, 2004, p. 21).

Nesse cenário, com a popularização da educação a distância, e com o aumento do número de instituições públicas e privadas, credenciadas a oferecerem cursos nessa modalidade, surge um novo ator nesse cenário – o aluno-cliente.

O aluno-cliente

A educação superior tem vivido sob o impacto do capitalismo neoliberal, fato que abre espaço à concepção de novos papéis até então inexistentes, possibilitando que se implante a lógica da mercantilização. Modernamente, tem-se a impressão que tudo o que existe é transformado e visto como objeto comercializável, e a lógica da equivalência, que vigora no setor comercial, que pode ser traduzida pelo interesse de vender pelo máximo e comprar pelo mínimo ou pelo menos ter o valor de troca equiparado, dá origem a novos comportamentos, levanta novas expectativas em relação aos papéis desempenhados pelas instituições e pelas pessoas nas organizações sociais, notadamente nas escolas. Assim, observa-se que também na educação superior essa mesma lógica determina e existência e o surgimento de novos papéis.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) define a educação superior como a educação que é ministrada em instituições de ensino superior pública ou privada, com vários graus de abrangência e especialização. Ela tem como objetivos estimular a criação e a difusão cultural; desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo; formar, nas diferentes áreas do conhecimento, indivíduos aptos à inserção em setores profissionais e a participarem no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia; e, desse modo, aprimorar a compreensão do homem e do meio em que este vive (INEP, 2001).

Esse posicionamento do MEC se contrapõe a uma visão mercantil de educação, que se faz cada vez mais presente nas instituições de ensino superior (IES) pois, com a decorrente e constante ameaça de perda "clientes", a flexibilização do atendimento é incorporada como parte natural do processo de ensino e aprendizagem, o que contribui para a fragilização da autoridade do professor e da formação de cidadãos conscientes de seus papéis na sociedade, conforme Lettieri (2001), que complementa que o retorno dos já trabalhadores à escola é uma aspiração de massa que funciona como uma esperança

de crescimento e melhoria profissional que quase sempre fracassa, uma vez que não há vínculo “entre escola e fábrica, entre a necessidade de mudar a natureza e a organização do trabalho e o que a escola ensina” (LETTIERI, 2001, p. 201-202).

São esses trabalhadores os novos clientes das instituições que oferecem cursos de educação a distância. Na concepção de Vavra (1992), clientes são aqueles indivíduos que, quando adquirem algum bem ou serviço, esperam ser tratados com cortesia e, até mesmo, com alguma deferência. Em função do novo status a que são elevados, esses indivíduos precisam ser continuamente estimulados, por meio de uma série de ações integradas, cujo objetivo pode ser resumido em satisfação e fidelização do cliente. Assim, tem-se que a figura do cliente não é considerada como parte integrante da organização, mas apenas como seu usuário e, em alguns casos, seu beneficiário. Assim, o aluno cliente é recebido pela instituição educacional e adquire um pacote fechado, tornando-se consumidor de serviços, os quais deseja e necessita, mas não se envolve em projetos institucionais, principalmente na modalidade a distância.

O aluno, visto como cliente por algumas IES, e sendo tratado como tal, está inserido em uma sociedade em que a formação em nível superior começa a ser exigida mais frequentemente pelas empresas, como uma forma de garantir produtividade e competitividade no mercado em expansão.

Concorre também para a conformação do perfil do aluno-cliente o fato que, se a EAD, com tecnologias digitais, ultrapassa as fronteiras territoriais apenas com cliques em teclas, o país que garantir ou autorizar a certificação internacional, estaria, indiretamente, reconhecendo a educação como serviço, o que garantiria, aos alunos beneficiários desse processo, o status de clientes.

Essa característica, resultante, em parte, do processo de internacionalização da educação, não é fato novo no ensino superior, uma vez que existem acordos de cooperação entre universidades no mundo todo, com estabelecimento de parcerias, as quais se configuram como situações cada vez mais frequentes. A inevitabilidade dessas situações concorrem para o fato oportunamente esclarecido por Chauí, que defende que a própria ideia de educação para o século XXI deve se orientar para o convívio nessa

aldeia globalizada em que nos encontramos, a “aprender a aprender” nesse contexto (CHAUÍ, 2008, p. 23).

Castells (1999) compartilha dessa opinião apontando que, não havendo outro remédio senão enfrentar essa situação, é essencial que se tenha, como bússola, a educação, a informação e o conhecimento individual e coletivo e, como âncora, as identidades pessoais, o autoconhecimento.

Já Santos (2008) afirma que a globalização da universidade, que vem envolvendo o ensino superior e se associado à própria natureza do saber contemporâneo, não vem se efetivando de forma homogênea no contexto dos países que, com isso, não participam com igualdade da academia mundial que vem se formando. Nesse sentido, Ranieri (2004) relata que a internacionalização em si não é fato novo no ensino superior, que acordos de cooperação entre universidades no mundo inteiro, associação entre instituições nacionais e estrangeiras, dentre outras, são situações que acontecem cotidianamente nas instituições. Ele prossegue afirmando que a internacionalização é processo inerente ao desenvolvimento do ensino superior e que cabe às instituições de ensino superior, para além da “visualização do conjunto de alunos, professores e instituições e, portanto, do sistema educacional mundial, como um mercado dentro do qual a educação pode ser comercializada, como qualquer outro bem, como qualquer outra mercadoria” (RANIERI, 2004, p. 10) colocar a formação de professores no centro desse cenário.

Isso deve ocorrer para que a educação não venha a comprometer seu status como direito público, assim como o lucro não se constitua em sua preocupação maior.

Considerações Finais

As conquistas oportunizadas pelos avanços tecnológicos possibilitaram a abertura de novas e amplas possibilidades no campo da educação, principalmente com a implementação dos cursos de educação a distância, que oferecem a um público bastante diferenciado, e que estava à margem do processo educacional, novas possibilidades de conquistas pessoais e profissionais.

No entanto, os gastos feitos com educação não devem ser contabilizados da mesma forma como se contabilizam os gastos em instituições voltadas a outros

segmentos do setor, que comercializam bens duráveis ou serviços de outra ordem, que não possuem as mesmas características e especificidades dos serviços educacionais.

Educação não é mercadoria de consumo, é parte da configuração do processo social, e há investimento na formação de pessoas, investimentos esses bastante necessários para que o cenário educacional sofra profundas mudanças, que só acontecerão com professores de formação mais sólida e consistente, que efetivamente contribuam para a formação de indivíduos que se constituam sujeitos autônomos, críticos e reflexivos.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. As teorias principais da andrologia e heutagogia. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.) **Educação à distância: o estado da arte**. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2009.

BRASIL; INEP Sinopse **Estatística da Educação Superior**. Censo 2000. Brasília-DF, 2004. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 18.04.2014.

_____, MEC. **PORTARIA N° 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Publicada no DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em 18.04.2014.

_____, MEC/UNDIME/CONSED. **Plano Nacional de Educação** – subsídios para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Brasília-DF, 2001.

BLIKSTEIN, P.; ZUFFO, M. K. **As sereias do ensino eletrônico**. In: SILVA, Marco. (Org.) **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

CHAUI. Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Afiliada, 2008

GORGULHO, Guilherme. **Tecnologia na educação** - Matrículas de ensino a distância devem triplicar em oito anos, aponta consultoria. Publicado em 16/02/2012 . Disponível em <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-avaliacao-da-educacao-superior-modalidades-e-tendencias-no-cenario-internacional>>. Acesso em 18.04.2014.

GRISI, C. C. H. **Negociações em torno do acordo geral sobre comércio e serviço**. In: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 22, n. 33, Brasília, abr. 2004

LETTIERI, Antônio. **A fábrica e a escola**. In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PETERS, O. **A educação à distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RANIERI, N. **O que há de novo na internacionalização da Educação Superior?** Estudos – Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, Brasília, ano 22, n. 33, p. 7-16, abr. 2004

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 19ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, A.S. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. In: **Imagem (ir) realidade: comunicação e cibermídia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

VAVRA, Terry G. **Marketing de relacionamento**. São Paulo: Atlas, 1992.

*Alessandra de Paula, Alvaro Guillermo Rojas Lezana, Ivonete Ferreira
Haiduke, Robson Seleme.*

Nome: Alessandra de Paula
Endereço: Rua Treze de maio 538 - Curitiba - Paraná
Afiliação: Centro Universitário Internacional UNINTER
Telefone: (41) 3311-5906
E-mail : alessandra.p@grupouninter.com.br

Nome: Alvaro Guilherme Rojas Lezana
Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade - Santa Catarina
Afiliação: UFSC
Telefone: (48) 9972-1202
E-mail : alvaro.lezana@ufsc.br

Nome : Ivonete Ferreira Haiduke
Endereço: Travessa Tobias de Macedo, 31 – Centro - Curitiba-PR
Afiliação: FACEL
Telefone: (41)3022-0163
E-mail : ivonetehaiduke@terra.com.br

Nome : Robson Seleme
Endereço: Rua Francisco H dos Santos, 210 - Centro Politécnico - Curitiba - Paraná
Afiliação: UFPR
Telefone: (41) 91333142
E-mail : robsonseleme@ufpr.br